



CARTA DE ANTONINA

Os membros da Rede Brasileira de Restauração Ecológica reuniram-se na cidade de Antonina, PR, no período de 10 a 12 de março de 2014, para realizar o III encontro da REBRE, com objetivos muito claros: a troca de idéias entre cientistas, estudantes, professores, técnicos e tomadores de decisão, sobre os temas que se mostraram ser os mais relevantes nas discussões virtuais conduzidas desde a reunião presencial anterior, realizada em Botucatu, em 2012.

Antes que as vibrações positivas emanadas das discussões se dissipassem, decidimos registrar a síntese das experiências compartilhadas entre os participantes, como se fosse um marco do estado da arte, que nos possibilite monitorar a trajetória do conhecimento prático e científico no campo da restauração de ecossistemas, e que permita aos que não puderam comparecer inteirar-se, pelo menos em linhas gerais, das idéias compartilhadas, das dúvidas e certezas deste momento da nossa história.

Os assuntos discutidos estão apresentados sinteticamente nos tópicos a seguir:

REBRE, presente e futuro: o desejo da maioria dos membros é de que continue sendo uma rede de pessoas (e não de instituições), sem personalidade jurídica, livre, desprovida de hierarquia, pela qual circulem informações compartilhadas pelos membros, que podem se manifestar livremente. A rede tem se expandido rapidamente e a moderação deve ser compartilhada. Há um desejo coletivo por garantir a realização de novas reuniões presenciais e por integração com outras iniciativas que possam, por exemplo, viabilizar eventos ou até o sonhado Mestrado Itinerante em Restauração de Ecossistemas, que possibilite formar profissionais habilitados para a restauração em qualquer região do país.

A REBRE e as políticas de restauração: neste momento da história da restauração ecológica no Brasil está em elaboração a Estratégia Nacional para a Recuperação de Ecossistemas, conduzida pelo Ministério do Meio Ambiente, que foi apresentada e bem recebida pelos presentes como uma proposta bem elaborada, abrangente e ambiciosa. A esperança generalizada é de que, em um próximo evento da REBRE, possamos discutir os avanços na implementação da estratégia, que todos esperamos sobreviva às mudanças políticas e venha, de fato, a se tornar realidade. A REBRE continuará a ser um fórum de discussão de temas técnicos e científicos relevantes, acessível aos tomadores de decisão e, naturalmente, adequado para se discutirem os rumos da restauração no Brasil.

No entanto, sentimos a falta, na própria REBRE, nos debates e na construção da estratégia de restauração, de um dos principais atores de sua implementação: o produtor rural, que é quem, em última instância, vai executar a restauração na maioria dos casos.

Constatamos que houve avanços recentes nas possibilidades de financiamento de iniciativas de restauração, especialmente pelo BNDES. No entanto, em geral os recursos se destinam à restauração que vai além do que é exigido por lei, de modo que a restauração obrigatória pela nova Lei Florestal será custeada pelos proprietários. Reduzir custos continua sendo, portanto, um desafio a vencer nos campos tecnológico e científico.

Para boa parte dos presentes, a possibilidade de lucros com a restauração e manejo da Reserva Legal é ainda uma incerteza e carece de validação no mundo real.

Uso de herbicidas e formicidas na restauração: há consenso de que o uso desses produtos deve ser admitido em ecossistemas em restauração, com a finalidade de controlar o organismo alvo e não para eliminá-lo. Além disso, o uso deve ser planejado para cada contexto particular, não sendo possíveis generalizações.

É também consenso que as pesquisas sobre o assunto são insuficientes e que faltam normas objetivas sobre a aplicação dos produtos e também falta respaldo legal para as pesquisas. Faltam, especialmente, estudos de longo prazo demonstrando os possíveis efeitos negativos sobre os ecossistemas e os ganhos decorrentes do uso dos produtos.

Diversidade de espécies na restauração ativa: há consenso de que o sucesso da restauração não é condicionado pela diversidade inicial dos plantios. E que o nível de diversidade a ser introduzido deve ser estabelecido com base nos objetivos da restauração e no contexto da paisagem, caso a caso. Já existem pesquisas que dão respaldo ao debate, mas são desejáveis mais pesquisas e, especialmente, experimentos em rede, inexistentes neste momento da história da restauração no Brasil.

Falta conhecimento sobre o papel que cada espécie pode desempenhar (atributos funcionais) no ecossistema em restauração e em diferentes condições ambientais. Também falta conhecimento sobre o cultivo e o manejo das espécies nativas quando se pensa em manejo sustentável das florestas restauradas. Há um desejo coletivo por certo nível de padronização de coleta de dados que permita análises em larga escala e generalizações.

Monitoramento de ecossistemas em restauração: há consenso de que o monitoramento exige que a restauração tenha metas pré-estabelecidas. No entanto, neste momento existem poucos resultados de pesquisa que possibilitem estabelecer metas factíveis para cada indicador, em cada situação e para cada etapa no processo de restauração de diferentes ecossistemas. São necessárias mais pesquisas, de longo prazo, para que possam ser previstos resultados da restauração.

Há consenso também de que existem indicadores universais (servem para qualquer tipo de ecossistema) e que não devem ser estabelecidos diferentes indicadores para diferentes técnicas. Os indicadores consensuais foram a porcentagem

de cobertura do terreno (pela vegetação desejável e também pela indesejável), a densidade e a riqueza de plantas nativas em regeneração natural. É reconhecida por todos a dificuldade em identificar espécies, o que geralmente limitará a avaliação de riqueza à categoria de morfoespécies. A fauna e o nível de estratificação da comunidade foram propostos como indicadores, mas não houve consenso sobre sua aplicabilidade. Especialmente os praticantes da restauração argumentam que bons indicadores precisam ser de fácil aplicação, considerando a demanda de tempo e recursos, que pode encarecer ainda mais os projetos. Foi lembrado que as correlações existentes entre vegetação, microclima, fauna e processos ecológicos permitem que um indicador de fácil medição represente outros de difícil medição.

Além dos indicadores em nível de ecossistema, foi levantada a necessidade de indicadores em nível de paisagem e, ainda, a necessidade de avaliação do sucesso das ações de restauração com base em seus aspectos socioeconômicos.

Ecologia da restauração x Restauração Ecológica: o debate deixou clara a diferença entre os conceitos, relativos, respectivamente, à ciência (produção de conhecimento) e à prática (produção de ecossistemas restaurados) da restauração. Porém, ficou claro que ciência e prática precisam de integração constante e de fluxo rápido de informações em mão dupla para que ambas possam evoluir.

Há consenso de que a restauração ecológica pode basear-se no conhecimento científico existente, mas que o restaurador deve ter liberdade para desenvolver novas tecnologias a partir de sua vivência. Também é recomendável que os cientistas voltem o olhar para os ecossistemas em restauração e tirem deles ciência, mesmo que não tenham sido pensados como experimentos.

Neocossistemas: há consenso de que esses ecossistemas existem sem que tenham sido planejados (não são resultantes de um projeto), são estáveis com composição de espécies improvável para o local (sempre têm exóticas) e, sim, podem

desempenhar importantes serviços ecossistêmicos e até abrigar espécies nativas importantes.

Embora sejam muito diferentes dos ecossistemas naturais e para que possam ser modificados necessitem de intervenção de manejo, a decisão de intervir deve ser tomada com cautela, mediante análise dos riscos e benefícios.

O conceito é muito novo em todo o mundo e, a rigor, antes de intervir seria preciso monitorar para saber se: 1) as espécies exóticas ameaçam ecossistemas naturais da vizinhança, 2) o estado do ecossistema é, de fato, estável, ou trata-se apenas de uma área em sucessão e 3) a relação custo/benefício justifica a intervenção.

Há consenso de que neoecossistemas não devem servir de modelo para a restauração ecológica e nem para justificar a negligência com invasões biológicas.

Critérios para Priorização Espacial da Restauração: este tema foi debatido a pedido do Ministério do Meio Ambiente, em busca de diretrizes para a Estratégia Nacional de Restauração de Ecossistemas. Houve consenso em que bioma não deve ser critério, mas sim o grau de desmatamento por região. Também foi consensual o critério de que são prioritárias áreas em que a restauração vai beneficiar pessoas, além da biodiversidade.

Apontamos prioridades em três níveis, correspondentes a três escalas:

Escala local (propriedade ou paisagem):

1. áreas degradadas oferecendo risco ambiental
2. APP (nascente, seguida de margem e encosta)
3. Reserva Legal (áreas de baixa aptidão agrícola, seguidas de expansão da APP e, por último, para aumentar a conectividade fora de APP).

Escala regional (bacia hidrográfica):

1. áreas degradadas oferecendo risco ambiental
2. áreas de proteção de manancial (bacias de captação para abastecimento)
3. Cabeceiras (proteção de nascentes)

4. Aumento de conectividade, seguido da melhoria da forma de fragmentos.

Escala nacional:

1. cabeceiras de grandes bacias hidrográficas (e.g. Pantanal, São Francisco, afluentes do Amazonas) e zonas de recarga de aquíferos
2. Regiões com baixa cobertura vegetal natural
3. Fitofisionomias (dentro de regiões) com baixa cobertura vegetal natural
4. Áreas previamente indicadas como prioritárias para conservação (ProBio).

A inserção do Brasil na Society for Ecological Restoration - SER: houve consenso de que, neste momento, precisamos de uma sociedade nacional, que seja um fórum para debates científicos, mas que seja aberta à filiação de não cientistas. Assim, os membros da REBRE reunidos em Antonina tomaram a decisão de criar a Sociedade Brasileira de Restauração Ecológica – SOBRE. A vinculação à SER deverá ser discutida no futuro, após a consolidação da nova sociedade.

A criação da Sociedade Brasileira de Restauração Ecológica – SOBRE: os membros da REBRE reunidos em Antonina assinaram a ata de criação da nova sociedade e nomearam uma comissão para tratar da oficialização desta sociedade até o início de 2015. A Diretoria Provisória da nova sociedade ficou assim constituída: Vera Lex Engel, Rodolfo C. R. de Abreu, José Marcelo D. Torezan, Robson dos Santos, Ademir Reis e Rafael Barreiro Chaves.

A REBRE continuará sendo uma teia independente, que conecta pessoas de todo o Brasil, que buscam, espontânea e informalmente, trocar conhecimento e experiências que possam trazer avanços para a ciência e a prática de restauração de ecossistemas.

Antonina, 12 de março de 2014.